

O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO

11

Karla Denise Martins¹
Gustavo de Souza Oliveira²

RESUMO: O presente artigo ocupa-se de uma breve apresentação sobre a história da atuação eclesial no Brasil durante vários períodos. Privilegiamos as ações educativas realizadas por ordens religiosas, especificamente a Companhia de Jesus, que favoreceram a formação de um ethos brasileiro. Para essa tarefa, necessitamos relacionar as práticas de evangelização/catequese com a educação, uma vez que a formação humana estava

ligada diretamente ao cristianismo. Além disso, parte desse texto procura demonstrar a importância dos estudos religiosos como campo promissor para analisar a sociedade e a cultura brasileira. Apresentamos algumas fontes, atas das Filhas de Maria da cidade de Viçosa/MG disponíveis no Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa, e as possibilidades de trabalho que esses documentos oferecem ao pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cristianização. Fontes.

I. EDUCAÇÃO E CRISTIANIZAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

A educação das populações na América Portuguesa foi concomitante com as políticas de colonização e introdução dos valores luso-cristãos do século XVI. Houve uma relação inegável entre catequese/evangelização e educação. A formação do homem estava estritamente ligada à cristianização. Atribui-se principalmente aos jesuítas o empreendimento religioso pela maior parte do território brasileiro, acompanhando os primeiros governantes como Martin Afonso de Souza e Tomé de Sá, ou ainda, realizando as entradas para o sertão. A presença do clero nessas

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora de História Antiga e Medieval do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com estudo na área de História Intelectual do Catolicismo e Cultura Católica.

² Mestrando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa.

terras se fez marcante e atuante a ponto de provocar uma mudança na organização e sociabilidade dos autóctones (BOXER, s/d). Como afirmamos acima, falar em educação era também falar em catequese: o ensino das passagens bíblicas, das histórias cristãs, os símbolos e gestos próprios do Catolicismo eram o desafio para muitos missionários. Os espaços criados pelos clérigos determinavam a ordem de habitação e circulação das pessoas, a igreja não era apenas o lugar de oração. Ela impunha-se, imponente, e ordenava o espaço colonial (SILVA, 1989, p.7).

A instalação de colégios, a construção de conventos e igrejas, a chegada de várias ordens religiosas, enfim, a tentativa de implantar uma devoção europeia entre os povos indígenas fazia parte do projeto de conquista espiritual. Segundo Eduardo Hoornaert, a colonização da América Portuguesa ocorreu numa época em que a concepção de “guerra santa” era plenamente aceita pela cristandade ibérica. Nessas terras como nas possessões espanholas, embora com métodos diferentes, a evangelização foi empreendida de acordo com essa mentalidade cruzadista (HOORNAERT, 1991, p.38). Os soldados de Cristo, aptos por terem enfrentado os mouros em terras ibéricas, com a conquista da América estendiam seus objetivos de conversão aos ameríndios, tornando-os seus novos alvos.³

Eduardo Hoornaert afirma que o número de bispos na América Portuguesa não era suficiente para controlar todo o território conhecido à época, em virtude da sua extensão geográfica (HOORNAERT, 1991, p. 277). Em todo caso, havia quem exercesse um tipo de função eclesiástica nas várias vilas e fazendas, tanto do litoral como do interior. O problema é que nem todos eles eram nomeados ou estavam sob o controle do episcopado. O capelão, por exemplo, figura muito presente na vida religiosa brasileira, estava submetido às ordens da mesa diretora das irmandades, que muitas vezes o colocava contra os vigários (HOORNAERT, 1991, p.281). Assim, ele seguia mais as determinações dos diretores das irmandades do que as eclesiásticas, que provinham expressamente dos bispos. Isso demonstra o quanto o capelão realizava suas tarefas a despeito das autoridades oficiais. Além disso, os grandes proprietários também exerciam poder sobre o capelão, o que afastava mais ainda o poder episcopal (SOUZA, 1986, p.87).⁴ Embora a situação do capelão seja uma constante na realidade brasileira, havia quem determinasse os rumos episcopais em prol de uma terra cristianizada.

A coroa portuguesa escolheu jesuítas como desbravadores espirituais

³ Sobre a conquista na América central há importantes trabalhos que analisaram a penetração do Cristianismo e a relação entre os jesuítas e os astecas, por exemplo. É o caso do livro de Tzvetan Todorov *A conquista da América, a questão do outro* e de Sèrge Gruzinski *A guerra da imagem: de Cristóvão Colombo a Blade Runner*.

⁴ O “catolicismo de família”, com o capelão subordinado ao pater familias, foi considerado por Gilberto Freyre uma especificidade de “nossa religiosidade colonial”, fator explicador do acentuado caráter afetivo e da maior intimidade com a simbologia católica que prevaleceu em nosso país. Laura de Mello e Souza, embora considerando genial a percepção dessa faceta de nossa religiosidade, discordou da ênfase atribuída por Gilberto Freyre à mesma, sobretudo por relegar as manifestações indígenas e africanas a um segundo plano.

na América por alguns fatores que tornavam essa companhia mais adequada que as outras ordens.⁵ Os jesuítas eram tidos como rigorosos na escolha dos noviços, viviam fechados e defendiam seus princípios morais, que justificavam uma aura militante nas suas ações (BOXER, s/d, p.91-101).⁶ No livro *A formação do Catolicismo Brasileiro*, Eduardo Hoornaert afirma a característica bélica ou guerreira dos missionários que chegavam à América Portuguesa. Esse tipo de comportamento, que não era o mesmo em toda a Europa, estava possivelmente relacionado à história da Companhia naquele reino. Desde sua criação, em 1534, a *Societas Iesus*, como era conhecida em Latim, atuou na Europa e em terras distantes a fim de operar a conversão dos povos ao Catolicismo. As várias possessões Ibéricas conheceram tal atuação, que se tornou entre outras coisas uma espécie de empresa de conversão. Segundo C. Boxer, por exemplo, a África foi um lugar de grande atividade jesuíta. Muitas são as fontes produzidas sobre essas experiências: é o caso, por exemplo, do relato do médico Jerome Münzer, que visitou Portugal em 1494, e afirmou ter visto muitos jovens negros que haviam sido formados em Teologia e Latim, com objetivo de levar o Cristianismo para suas regiões de origem (BOXER, s/d, p.15). Apesar de os relatos de conversão e relatórios de viagens apontarem a inserção negra e mesmo indígena ao sacerdócio, essa não era uma prática vista com bons olhos por todos os jesuítas.

Os autores concordam que os esforços de colonização da Igreja e do Estado foram grandes, mas as dificuldades teriam sido maiores. De acordo com Rioldo Azzi, em 1581, alguns beneditinos se fixaram em Salvador, a mando do abade geral de Portugal, onde edificaram alguns conventos (AZZI, 1992, p.213-214). Além de Salvador, os Beneditinos expandiram-se para a região Sudeste, estabelecendo-se no Rio de Janeiro e São Paulo (AZZI, 1992, p.214). Já os Franciscanos chegaram à América portuguesa nos séculos XVI e XVII e se fixaram em duas partes: uma na região de Santo Antônio do Norte e Nordeste, e a Custódia Imaculada da Conceição do Sul. Nesses locais, criaram vários conventos (AZZI, 1992, p.216). Segundo o autor, a existência dos colégios e mesmo dos conventos não modificou em muito a formação litúrgica

⁵ É importante considerar que outras ordens participaram do processo de colonização, mas podemos dizer que os jesuítas foram os mais requisitados ao empreendimento das coroas ibéricas. HOORNAERT, Eduardo. "A Evangelização do Brasil durante a primeira Época Colonial". In: *ibid.*, p. 133. Segundo Louis Châtellier, desde o século XIII a Igreja possuía ordens mendicantes e grupos pregadores, mas as explosões missionárias na Europa começaram a ganhar maiores proporções já no período moderno. Em algumas regiões foi possível verificar a expansão do Catolicismo nas cidadelas e comunidades europeias. De acordo com o autor, "A Itália e a Espanha tinham dado o exemplo. Na Toscana, no início do século XIV, os Franciscanos haviam iniciado uma implantação sistemática nas pequenas cidades, a partir das quais enviaram irmãos para as aldeias." Cf: CHÂTELLIER, Louis. *As religiões dos pobres*, as fontes do Cristianismo moderno século XVI-XIX. Lisboa: Editora Estampa, 1994, p. 17.

⁶ O autor acredita que os jesuítas se assemelhavam a soldados de um grande exército. Neste caso do exército de Cristo. É igualmente importante considerar que a Igreja na península estava sob o jugo do padroado régio, ou seja, os reis tinham amplos poderes sobre as instituições eclesiais em terras ibéricas e em suas possessões no além-mar, um acordo estabelecido entre os reis de Portugal e Espanha com o Papado desde o século XV.

dos nativos e demais habitantes destas terras. Além disso, as medidas de exclusão ao ingresso desses homens às Ordens, na função de sacerdotes, representaram um obstáculo para a formação de um clero nativo. Assim, boa parte dos religiosos encarregados dos trabalhos litúrgicos, catequéticos provinha da Europa.

Os superiores da Companhia de Jesus e das demais ordens religiosas eram contrários a ideia de que os nativos e recém-chegados à América Portuguesa exercessem funções litúrgicas por acreditarem que eles eram de “qualidade duvidosa”, ou seja, judeus, degredados, mamelucos sem talento. Portanto, eram considerados elementos indignos e inconvenientes para exercício sacerdotal. Riolando Azzi refere exemplos sobre a rejeição dos religiosos ao ingresso de nativos nas ordens. Entre eles, podemos citar José de Anchieta, segundo o qual, os mestiços, assim como os índios, não estavam predispostos para a vida religiosa, e isso justificaria a proibição feita em 1579 pelo Jesuíta Everardo Mercuriano do ingresso destes na Companhia (AZZI, 1992, p.201-204).

Outra forma de restrição ao ingresso de índios e mestiços nas ordens religiosas era a exigência do conhecimento da cultura clássica, já que os padres, na Europa, passando a estudar mais as ideias renascentistas e humanistas, acreditaram poder fazer essa exigência nas possessões portuguesas (AZZI, 1992, p.204-205). Todavia, o problema da vocação indígena era amplamente discutido entre os religiosos, sendo que, no século XVII, alguns padres chegaram a apresentar propostas para a formação dos nativos (AZZI, 1992, p.207). Sem entrar no mérito da questão, podemos concluir que a maioria dos religiosos que atuaram na América Portuguesa estavam imbuídos certamente dos ideais da contra reforma. Por outro lado, devemos observar também que muitos desses sacerdotes colocavam-se aquém das novas Reformas pretendidas pelo Concílio de Trento (LIVRO, 2004).⁷ No entanto, devemos considerar que as várias reformas tentadas pela Igreja Católica não foram amplamente aceitas, essa questão; portanto, não é um fator incomum na História do Cristianismo (JONHSON, 2001).⁸

Na maioria das vezes, os missionários utilizavam as representações teatrais para levar a mensagem aos povos indígenas. Essas “encenações”, de acordo com Leandro Karnal (1998, p.31), incentivaram um tipo determinado de idolatria.⁹ A Companhia de Jesus, influenciada pelas expressões cênicas do Catolicismo Europeu (KARNAL, 1998, p. 50), investiu em demasia na alegoria do sagrado e as imagens que, como na Europa, eram utilizadas com teor pedagógico (VAINFAS, 1989,

⁷ O capítulo 4 do texto conciliar sobre a hierarquia eclesiástica e o poder de ordenar dirige-se mais especificamente aos clérigos, clarificando o modo de proceder nas ações sacerdotais.

⁸ Segundo Paul Johnson, a institucionalização da Igreja Católica contou com um amplo processo de apropriação de tradições judaico-gregas, além das contribuições culturais dos chamados germânicos da parte ocidental da Europa. As inúmeras tentativas de reformar o clero não aconteceram exclusivamente no século XVI da nossa era.

⁹ Observamos aqui a diferenciação estabelecida pelo autor entre a religiosidade na América Portuguesa e na Espanhola, nesta última as chamadas “altas culturas” produziram ídolos que, embora fossem combatidos pelos missionários, explicavam a origem do universo, dos homens e dos elementos da natureza.

p. 37).¹⁰ O culto a Maria, por exemplo, já era uma prática vigente entre as ordens religiosas e, no caso específico da colônia, os jesuítas se encarregaram da difusão do marianismo. Essa ação dos jesuítas não se restringia ao culto de ídolos, mas fazia parte também das prédicas, das missas, dos cantos, bem como dos instrumentos catequéticos, necessários à organização do espaço e dos hábitos, principalmente, indígenas.

Eduardo Hoornaert se refere à questão da “religiosidade colonial”, porém de maneira diferente. Para o autor, a preocupação da coroa portuguesa em controlar as áreas economicamente lucrativas provocou um desleixo no que se refere às coisas da fé. Isto teria feito com que grande parte da população da colônia desenvolvesse uma interpretação própria dos temas ligados à doutrina católica, como a paciência, a obediência, a liturgia e os sacramentos. Da mesma forma, as perseguições promovidas contra ateus e hereges estariam orientadas pelos interesses comerciais dos portugueses contra seus concorrentes europeus e não propriamente em controlar atitudes desviantes (HOORNAERT, 1992, Tomo II./vol. I, p. 255).¹¹ Excetuando a discussão das intenções dos governos espiritual e temporal, podemos dizer que a estrutura religiosa montada na colônia portuguesa ainda respondia pela maior parte da formação intelectual e moral das populações.

Diante do desinteresse dos reis e da ingerência considerada perniciosa do Estado em virtude do padroado (AZZI, 1987, p.18)¹², alguns setores da Igreja teriam tentado reverter este quadro, criando instrumentos de controle da cristandade. Em 1551, por exemplo, a bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, de Júlio III, além de reafirmar as regras do padroado, permitiu a fundação em Salvador do primeiro Bispado na América Portuguesa, o que trouxe um suspiro relativo para a questão do ensino clerical no Brasil. Posteriormente, foram instituídas outras formas de controle que auxiliaram o Bispado na vigilância da extravagância dos sacerdotes e dos habitantes. Todavia, tanto Eduardo Hoornaert como Laura de Mello e Souza (1986) concordam que estas iniciativas não foram suficientes para suprir a vacância nos cargos eclesiásticos e difundir amplamente o ensino religioso. Embora os autores apontem as dificuldades existentes com a instalação das instituições clericais nessas

¹⁰ Na interpretação de Ronaldo Vainfas, a ação dos missionários contra as idolatrias indígenas representou um conflito simbólico e, ao mesmo tempo, complexo uma vez que os religiosos filtraram, segundo suas próprias experiências em terras européias, as crenças ameríndias. Em sua visão, houve um processo de diabolização das idolatrias ameríndias.

¹¹ Essa observação está relacionada à ideia de Hoornaert sobre o descompromisso do clero secular pela atividade religiosa religiosa e certa ausência dos aparelhos de controle da Igreja no Brasil. Embora saibamos da importância das ordens na institucionalização e difusão do catolicismo nessas terras.

¹² O regime de padroado já existia em Portugal do século XV e se estendeu para as suas possessões. As bulas *Romanus Pontifex* e a *Inter Coetera* já mencionavam a intervenção do Estado em assuntos clericais, pois há, nestes textos, recomendações do papado para o rei de Portugal construir igrejas, mosteiros e enviar religiosos para as terras conquistadas, submetendo-os as suas ordens. Essa relação foi muitas vezes questionada, até que na Questão Religiosa, o Brasil Imperial, ela passa a ser um dos temas mais discutidos e criticados por uma parcela da Igreja.

terras, é inegável que em algumas capitanias a presença clerical foi satisfatória e mesmo excessiva. A fundação de dioceses como as do Rio de Janeiro e de Pernambuco, em 1676, a do Maranhão, em 1677, a do Grão-Pará, em 1719, e as de Mariana e São Paulo, em 1745 demonstra o interesse por manter minimamente o aparato clerical na colônia (HOORNAERT, 1991, p. 173). As várias instituições eclesásticas, além de promoverem a cristianização, também, eram os recintos onde parte da população recebia instrução.¹³ Em 1549, com a expulsão dos jesuítas das possessões coloniais, as instituições clericais no Brasil sofreram um abalo considerável.

A partir do século XIX, restava ao clero apenas uma parte do patrimônio material que havia acumulado ao longo do período colonial. Pelo menos nessas instituições, excetuando conventos e seminários, uma parte do clero convivia de perto com os populares, uma vez que estes se reuniam em torno das igrejas nas vilas, participando de atividades religiosas tais como festividades, missas, procissões etc. Havia ainda as confrarias que, segundo Riolando Azzi, eram associações religiosas nas quais os leigos se conciliavam no Catolicismo. Havia dois tipos principais de confrarias: as irmandades e as ordens terceiras. Ambas tinham como objetivo a promoção de cultos a um santo, a construção de oratórios, ermidas e capelas. Os escravos também podiam organizar suas confrarias e participar de atividades religiosas (AZZI, 1987, p.235). Os espaços de sociabilidade, sob a vista da Igreja, também funcionavam como lugares de troca e mesmo de discussão por parte dos leigos. A evangelização não se encerrava apenas nos recintos das igrejas, parecia estar presente no cotidiano colonial.

Segundo Eduardo Hoornaert, as confrarias eram organizações nas quais os leigos buscavam não só a participação na vida clerical, como também a conquista de alguns benefícios. Dentro e fora dos conventos, paróquias e confrarias, “formou-se uma sociedade na qual ninguém escapava à necessidade de apelar para instituições religiosas, para conseguir emprego, emprestar dinheiro, garantir sepultura, providenciar dote para a filha que queria se casar, comprar casa e arranjar remédio.” (HOORNAERT, 1991, p. 18). De acordo com o autor, tal situação, juntamente com a grandiosidade dos monumentos religiosos que o período colonial nos legou, pode dar a impressão de que o Catolicismo brotou espontaneamente da alma popular brasileira. Em sua visão, tratava-se de uma atitude condicionada pelo clima de medo e repressão religiosa em função da ação do Santo Ofício (LAPA, 1978).¹⁴

Para alguns autores como João Lúcio de Azevedo (1999), Serafim Leite (1938),¹⁵ por exemplo, a expulsão dos jesuítas das possessões ibéricas por Marquês de Pombal, em 1759, teria agravado o quadro do ensino no Brasil. Além dos Ora-

¹³ Até o final do século XVI, havia cinco colégios jesuíticos no Brasil. Todavia, a sua fundação não teria resolvido o problema da formação dos povos da Colônia Portuguesa. A partir do século XVII, houve uma maior expansão dos colégios, mas somente alguns teriam sobrevivido. CASALI, Alípio.

Elite Intelectual e Restauração da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 46.

¹⁴ Nesse livro, Amaral Lapa analisa a documentação produzida pela visita do Santo Ofício no Grão-Pará entre 1766 e 1769. Analisa, a partir das fontes pesquisadas em Portugal, a atmosfera da cidade de Belém pela presença desta instituição na Igreja de Santo Alexandre, sede episcopal daquela Capitania à época.

torianos (congregação de padres seculares fundada em 1565, em Roma), outras ordens religiosas estavam encarregadas pelo ensino público (CHIZZOTTI, 2000, p.30).¹⁶ Grande parte dos colégios, internatos e conventos estavam sob a direção da ordem jesuíta. No entanto, o confisco dos bens dessas instituições, a substituição de sacerdotes por diretores laicos nas aldeias foi medida que trouxe prejuízo para o Catolicismo e para a educação religiosa nessas terras. Essa visão é frequentemente repetida pelos autores que analisaram o tema do ensino no Brasil.

2. CATOLICISMO, EDUCAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL

A expulsão dos inicianos da vida religiosa não significou a laicização do ensino (KLUT, 1982. p.33), embora tenha abalado parte da estrutura eclesial existente. Essa ideia é comum dentre os que analisaram a Igreja brasileira entre os séculos XVIII e XIX. “Depois de proclamada a Independência, em 1822, vemos a Igreja no Brasil entrar em um estado de crise crônica, acompanhando e partilhando as consequências da “desagregação colonial”, com pontos de estrangulamento facilmente detectáveis durante quase duas décadas.” (LUSTOSA, 1977, p.11). Antes do retorno dos jesuítas às terras brasileiras, os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas tomaram para si, com dificuldade, as rédeas dos seminários e outras instituições (LUSTOSA, 1977, p.28). É importante considerar a quase inexistência de institutos religiosos femininos. Em geral, havia conventos dirigidos por freiras (NUNES, 2001. p.485).¹⁷ Esses recintos, sob a direção de irmãs como as Doroteias e Carmelitas, tornavam possível o ensino às “moças de família”, havendo, entretanto, religiosas que trabalhavam com órfãs e desvalidas. As meninas recebiam lições de leitura, escrita, música, língua estrangeira e prendas em geral (PRIORE; BASSANEZI, 2001, p.446). As irmãs Doroteias eram conhecidas também como “filhas da fé”, ajudaram o projeto reformador clerical de educação de meninas órfãs, desvalidas e mesmo as chamadas “moças de família”. Um exemplo disso foi a atuação dessas irmãs a frente do convento de Santo Antônio, um dos mais importantes do Pará (CHAVES, 1977, p.22).

Durante o primeiro reinado, já havia algumas iniciativas relativas à melhoria do ensino nas províncias. Um exemplo disso foi o estabelecimento, em 1827, de escolas

¹⁵ Os trabalhos referidos acima foram publicadas e constituem importante material para a história dos Jesuítas no Brasil, principalmente na região norte. AZEVEDO, João Lúcio.

Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas missões e a colonização. Belém: SECULT, série Lendo o Pará, no. 20, 1999. & LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Editora Itatiaia, v.7, 2000.

¹⁶ Os oratorianos estiveram à frente das missões por pouco tempo depois da expulsão dos jesuítas. A lei de 9 de dezembro de 1820 extinguiu na Bahia e em Pernambuco as casas dessa congregação. Cf: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Reformistas na Igreja do Brasil-Império. São Paulo: Boletim do Departamento de História da USP, 1977. p. 28.

¹⁷ Os chamados “recolhimentos femininos” ou casas de reclusão para as mulheres eram mais comuns do que os conventos. A diferença entre esses recintos e um convento é a não obrigatoriedade no cumprimento dos votos.

de primeiras letras (PRIORE; BASSANEZI, 2001, p.444), mas a situação educacional brasileira era um dos grandes problemas na primeira época imperial. Com o avançar do século XIX, a situação do clero no Brasil foi sendo restabelecida e foram os bispos reformadores, juntamente com facções políticas liberais, os responsáveis por uma nova política no ensino público. Segundo Oscar de F. Lustosa (1977) podemos dizer que os reformistas se dividiam em duas partes: um grupo de clérigos conservadores, ligados ao pensamento ultramontano e outro liberal. Representantes de ambas facções lutavam não só no ambiente eclesiástico como estavam nos cargos políticos tentando colocar em prática seus projetos de mudança clerical e social. Naquele período, a educação para as mulheres vinculava-se ao discurso de modernidade (PRIORE; BASSANEZI, 2001, p.446-447). Ou seja, “nesses novos tempos”, as mulheres deveriam estar aptas a formar o novo cidadão, imbuído dos ideais compatíveis com o dever da pátria, da família e da religião.¹⁸

Muitas foram as iniciativas no sentido de resolver o problema decorrentes da cultura não letrada dos clérigos e leigos, além de incentivar um tipo de comportamento afeito ao homem civilizado à moda europeia. Escolas de artes e ofícios, conventos destinados à formação de sacerdotes e professores, asilos de toda a ordem, enfim, instituições que seguiam ou uma filosofia liberal ou estavam sob o domínio de ordens e congregações religiosas. O trabalho de Irma Rizzini sobre a educação dos chamados desvalidos e órfãos da Província do Pará à época imperial ajuda a entender, por exemplo, a forma com a qual as instituições civil e eclesiástica atuaram na região amazônica. Os dados analisados pela autora demonstram a plena atuação destes poderes no sentido de (trans) formar um cidadão próprio ao convívio social (RIZZINI, 2004). No plano clerical, paralelamente ao discurso laico, o projeto reformador de uma facção sacerdotal agia no sentido de criar formas de inserir tanto o clero quanto o leigo na afirmação do Catolicismo Civilizador.¹⁹ Esse termo explica a associação entre uma filosofia cristã, baseada em preceitos tradicionais que remontam à Escolástica, e a releitura dos modelos apregoados por várias filosofias modernas, como, por exemplo, o socialismo e o liberalismo. Embora essa afirmação seja contraditória, é importante considerar os aspectos discursivos da narrativa de parte dos prelados e uma tensão entre o antigo e o moderno em seus escritos.²⁰

3. EDUCAÇÃO E CATOLICISMO NO BRASIL REPUBLICANO

Com a proclamação da República, os programas de educação tenderam

¹⁸ Embora o governo republicano, em 1890, tenha extinguido o padroado régio, o relacionamento da Igreja Católica com o governo republicano ainda era estreito.

¹⁹ Os reformadores aos quais me refiro, também eram conhecidos como ultramontanos, que no século XIX, defendiam uma filosofia centralizadora, hierárquica e crítica ao chamado galicismo. Uma das posições presentes neste discurso é a Infalibilidade Papal, determinada no Concílio Vaticano I, entre 1869 e 1870.

²⁰ Tais ideias se baseiam em ampla pesquisa sobre a filosofia ultramontana através das publicações de um dos seus maiores representantes no Brasil, D. Macedo Costa, bispo do Pará entre 1861 e 1890. A análise em referência diz respeito à tese de doutorado defendida, por um dos autores, na Unicamp em 2005 sobre esse pensamento.

a se multiplicar e os ideais de civilização europeia ainda ditavam as regras do ensino brasileiro. A Igreja, embora apartada do poder temporal com o fim do padroado, não deixou, entretanto, de exercer papel importante na organização do ensino brasileiro (AZZI, 1987, p. 18).²¹ Subsistiam as instituições clericais que agregavam ensino religioso e laico em suas dependências. Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará e Minas Gerais, entre outros estados, não deixaram de sofrer as influências europeias do ideal civilizador. Embora tais ideais “modernos” tenham sido a forte tendência da chamada *Belle Époque*, o Catolicismo continuou a exercer papel fundamental na formação da sociedade brasileira. Os projetos de secularização social e laicização do ensino ainda não eram unanimidade na primeira época republicana. No entanto, ainda há necessidade de ampliar esse campo de investigação.

4. FONTES E POSSIBILIDADES NA HISTÓRIA DA RELIGIÃO

A pesquisa sobre História da Igreja tem sido priorizada em muitos programas de pós-graduação. Muitos grupos de História da Religião e religiosidade foram formados e são, atualmente, os focos de difusão das pesquisas dessa área no Brasil. É nesse cenário promissor que acreditamos importante a notícia sobre as fontes para a História da Igreja e de suas dependências e influências. A maior parte dos artigos, das dissertações e teses tem centrado suas pesquisas no âmbito da História Regional. Com isso é possível obtermos o conhecimento sobre a atuação do clero nos vários cantos do atual Brasil, como também pensar a inúmeras facetas do Cristianismo e suas transformações em espaços diferentes. No entanto, é preciso não perder de vista as macrorelações que orientam as institucionalizações e a tendência universalista de comportamentos locais.

As fontes sobre a História da Igreja no Brasil são variadas e, no caso das possessões ibéricas, de diversas naturezas. Como nessas terras subsistiu o regime de padroado, muitos documentos de natureza política informam sobre o clero. Há, também, as cartas, os ofícios e decretos que estão guardados em Arquivos Públicos e sob a guarda das Arquidioceses. Nessas instituições é possível pesquisar mais especificamente as Devassas, Bulas e Encíclicas, além de livros filosóficos e teológicos, cartas diocesanas, jornais católicos, músicas sacras, atas etc. Não incluímos aqui as evidências materiais de natureza arqueológica. Enfim, todo esse universo de fontes ainda precisa ser explorado e investigado. Com a atuação do IPHAN e de outros órgãos de preservação é possível contar não só com o vestígio arquitetônico, como também com os mais variados materiais na forma de objeto icônico e escultural.

²¹ O padroado régio era um sistema que orientava as relações entre a Igreja e o Estado desde o século XV, em Portugal. As bulas *Romanus Pontifex* e a *Inter Coetera*, daquele período, já mencionavam a intervenção do Estado em assuntos clericais, pois havia, nestes textos, recomendações do papado para o rei de Portugal construir igrejas, mosteiros e enviar religiosos para as terras conquistadas, submetendo-os às suas ordens. O regime vigorou no Brasil até 1890, quando o governo republicano, pelo decreto 119-A de 7 de janeiro, o extinguiu.

Embora o acervo seja de monta, o estudo da História do Catolicismo e suas várias influências no Brasil, ainda depende em demasia do documento escrito e, que muitas vezes, está depositado em bibliotecas e arquivo das dependências eclesiásticas.

Um exemplo da atuação católica é a História de Colégio Católicos e Congregações que têm sido alvo de pesquisas mais recentemente. Algumas províncias no século XIX, como é o caso de Minas Gerais, tiveram nessas formas de atuação religiosa um ponto mais do que importante, à medida que muitas ordens foram impedidas de estabelecerem-se nessas terras, principalmente, à época de exploração aurífera. Sem a presença das associações, das irmandades e congregações a vida religiosa seria quase nula, uma vez que as ordens religiosas propriamente começaram a penetrar estas paragens tardiamente. Segundo Sandra Asano, a entrada nas terras mineiras da congregação Carmelita, por exemplo, estava relacionada à reforma religiosa inaugurada durante o governo episcopal de Dom Viçoso (1844-1875), então bispo de Mariana, que visava a ampliar a crença popular nos dogmas católicos. O primeiro grupo das Filhas de Maria surgiu em 1874, na cidade de Diamantina, no Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido pelas freiras Vicentinas, e desde então tendeu a se espalhar para outras regiões (ASANO, 2001, p.302-303).

Em Viçosa, por exemplo, o Arcebispo de Mariana, Dom Silvério, autorizou a criação da Associação das Filhas de Maria em Viçosa, em 1917, que funcionava na Escola Normal do Colégio do Carmo, sob a direção das Carmelitas da Divina Providência. Tal como nessa localidade, muitas outras sofreram a influência da reforma inspirada pelo episcopado de D. Viçoso e só tendeu a crescer. A instalação da República não significou a formação da mentalidade laica por completo, ao contrário, a Igreja Católica, sob diversas formas, atuou muitas vezes em conjunto com o governo, na formação do “cidadão temente a Deus e ao Estado”. Minas Gerais, mesmo sem a forte presença jesuíta, dominicana, franciscana foi palco de uma religiosidade indiscutível que deve ser analisada à luz das microrelações e inserções de redes sociais que subsistiram à despeito das determinações oficiais laicas.

5. CONCLUSÃO

No Brasil, a educação se vinculou de maneira muito forte com a atuação da Igreja Católica. Durante o período colonial, o ensino esteve, basicamente, nas mãos dos jesuítas. Esta ordem religiosa foi a escolhida para exercer a catequese e a educação na América Portuguesa. Com a independência política, em 1822, a atuação da Igreja se manteve forte, principalmente com os bispos reformadores que prezavam pelo preparo moral e intelectual dos clérigos e dos fiéis. Esses religiosos investiram nos seminários, que serviam para formação dos padres e também como local de preparação da juventude, uma vez que o seminário, em muitos casos, era o único estabelecimento de ensino. Com a proclamação da república, caiu a união formal entre Estado e Igreja, predominante em todo o período colonial e imperial. Todavia, a Igreja não deixou de investir e participar na educação, foi neste momento que diversas ordens religiosas se propagaram no Brasil, fundando diversos colégios

para a formação de homens e mulheres. Em síntese, a Igreja exerceu papel fundamental na educação brasileira, atuando em diferentes momentos. Estudar a educação brasileira significa analisar a influência da cultura religiosa católica nos diferentes momentos da história do Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASANO, Sandra Nui. *Vigiai e Orai: A associação das Filhas de Maria e a preparação das Mulheres para a missão de guardiãs naturais da moral e da religião*. In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org). *Religiosidades, misticismo e história no Brasil central*. Brasília: CEHILA, 2001.
- AZZI, Riolando. “A Instituição Eclesiástica Durante A Primeira Época Colonial”. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992,
- _____. *A Crisandade Colonial*. Um projeto autoritário. Rio de Janeiro. – São Paulo: Paulinas, 1987.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará*. Suas missões e a colonização. Belém: SECULT, série Lendo o Pará, no. 20, 1999.
- BOXER, C. H. *A Igreja e a expansão Ibérica*. Portugal: Edições 70, s/d.
- CHÂTELLIER, Louis. *As religiões dos pobres, as fontes do Cristianismo moderno século XVI-XIX*. Lisboa: Editora Estampa, 1994.
- CHAVES, Maria Paula Ramos. *O convento de Santo Antônio e as Doroteias*. Belém: AAD, 1977.
- CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação*. São Paulo: EDUC, 2000.
- COUTINHO, Sérgio Ricardo (org). *Religiosidades, misticismo e história no Brasil central*. Brasília: CEHILA, 2001.
- HOORNAERT, Eduardo. “A Crisandade durante a Primeira Época Colonial”. In: HOORNAERT, Eduardo. (org.). *História da Igreja no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992, Tomo II./ vol. I.
- _____. “A Evangelização do Brasil durante a primeira Época Colonial”. “. In: HOORNAERT, Eduardo. (org.). *História da Igreja no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992, Tomo II./ vol. I.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

- JONHSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2001.
- KARNAL, Leandro. *Teatro da fé. Representação Religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- KLUT, Duarte. O momento pedagógico Pombalino: referências bibliográficas. PAIM, Antonio et. al. *Pombal e a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da Visita do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Editora Itatiaia, v.7, 2000.
- LIVRO DO CONCÍLIO TRIDENTINO [on line]. Associação Cultural Monfort. São Paulo: Brasil, 1985. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/documentos/trento>>. Acesso em: 29 jun. 2004.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformistas na Igreja do Brasil-Império*. São Paulo: Boletim do Departamento de História da USP, 1977.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. SP: Contexto, 2001.
- PRIORE, Mary Del. ; BASSANEZI, Carla Beozzo (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto. A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado defendida na UFRJ em 2004.
- SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimto e Colonização*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989, Série Princípios.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.